

A CONSTRUÇÃO DO NORDESTE COMO REGIÃO DO ATRASO NOS DISCURSOS SOBRE A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA CANA-DE-AÇÚCAR

*Rosiléia Oliveira de Almeida**

* Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas das Faculdades Jorge Amado – FJA, Salvador - BA. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas - SP. E-mail: rosi_oliveira@terra.com.br

Resumo: A partir do resgate do significado da idéia de região em abordagens teóricas que questionam a concepção de que se trata apenas de um recorte natural, político e/ou econômico na continuidade do espaço físico e que preferem compreendê-la como uma construção discursiva ou imagético-discursiva, resultante de relações de força existentes na sociedade, analisa-se como os discursos em torno da exploração econômica da cana-de-açúcar contribuíram no passado e, ainda hoje, contribuem para a construção do Nordeste como região do atraso. As imagens e discursos unificadores sobre o Nordeste como região do atraso têm impedido a investigação das injunções práticas tanto das disposições cognitivas quanto dos constrangimentos ambientais e sócio-econômicos na renovação das práticas produtivas em contextos locais nordestinos. Para entender como surge o estereótipo do nordestino como resistente à mudança será resgatada a origem de tais imagens e discursos.

Palavras-chave: região; regionalismo; cana-de-açúcar; produção cultural; abordagens historiográficas.

Abstract: With the recovering of the meaning of the idea of regions in theoretical approaches which question about the conception that it is only a natural view, political and/or economic in the continuous physical space and that prefer to understand it as a discursive construction, resulting from powerful relationships that exist in our society, it is analyzed how the speeches about the economic exploration of the sugar cane contributed in the past and it still contributes today to the construction of the Northeast Region as a retarded region. The images and speeches about the northeast as a retarded region have blocked new productive practices in the northeast. In order to understand the appearance of the stereotype of the man from the northeast as someone resistant to changes those images and speeches will be reconstructed.

Keywords: region; regionalism; sugar cane; cultural production; historical approaches.

1 COMO SURGE A NOÇÃO DE REGIÃO?

Na vida cotidiana as regiões são vivenciadas como recortes naturais, políticos e/ou econômicos, construídos com base na idéia de que há uma identidade, uma unidade essencial que une as pessoas que nelas vivem. No entanto, a noção de região, embora se apóie numa materialidade previamente existente e envolva processos de objetivação, de positividade, de materialização, que contribuem para legitimar tais recortes na continuidade do espaço físico, é uma invenção, é uma construção arbitrária, de natureza discursiva ou imagético-discursiva, resultante de relações de força existentes na sociedade.

Para compreender as relações de força envolvidas no discurso regionalista é pertinente resgatar a concepção de Pierre Bourdieu sobre a idéia de região como uma construção discursiva, que consta em seu livro *O Poder Simbólico*, publicado originalmente em 1989 (BOURDIEU, 2004), bem como a formulação de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em sua obra *A Invenção do Nordeste e outras Artes*, lançado em 1999, de que a região é uma construção imagético-discursiva (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). As idéias desses autores, embora guardem semelhanças, apresentam contrastes marcantes.

Tomando a noção de região como uma categoria de pensamento do mundo social, Bourdieu a discute apoiando-se na noção de poder simbólico. Tomando o poder simbólico como o "poder de

constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” e com base no suposto de que o poder simbólico “só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (p. 14), Bourdieu considera a regionalização como um ato de poder simbólico, pois produz a existência daquilo que enuncia, ou seja, uma descontinuidade objetiva na continuidade natural dos territórios. Essa regionalização torna-se objeto de disputas em torno dos princípios da divisão legítima, as quais envolvem um discurso *performativo*, que objetiva impor como legítima uma nova definição arbitrária das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante. (BOURDIEU, 2004).

Esse discurso performativo somente consegue trazer à existência a região se aquele que o realiza for capaz de, através de sua palavra, impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social, podendo para isso tomar partido do efeito simbólico exercido pelo discurso científico, apropriando-se dos critérios supostamente “objetivos” por ele construídos. Precisa, também, ser pertinente, ou seja, fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades econômicas ou culturais do grupo. (BOURDIEU, 2004).

Para Bourdieu (2004, p. 114) é insustentável o discurso de que poderiam existir “critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’”.

As lutas a respeito da identidade regional [...] são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2004, p. 113).

Portanto, há uma lógica simbólica na distinção de um grupo, já que para que o grupo passe a existir não basta que seja proclamado ou que se auto-proclame diferente, mas também que seja reconhecido legitimamente como diferente, já que “a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença”. (BOURDIEU, 2004, p. 129).

Para Bourdieu, as ciências, ao construírem um discurso legitimador nas lutas políticas pelo poder de divisão do espaço físico, que se manifesta nas políticas de “regionalização” e nos movimentos “regionalistas”, também lutam entre si. Enquanto os geógrafos constroem discursos descritivos minuciosos, centrados nas fronteiras internas da região, que enfatizam fenômenos físicos espontâneos, os economistas e sociólogos dão destaque à interdependência entre as regiões, construindo explicações mais ambiciosas para a existência das regiões, as teorias. Bourdieu procura mostrar que essa luta pela autoridade científica, pelo monopólio da divisão legítima, não tem uma autonomia em relação às políticas e movimentos regionalistas, nelas se manifestando através de diferentes mediações para a produção de efeitos sociais. As características naturais ou sociais legitimadas pela ciência como critérios supostamente

objetivos de identidade regional, mesmo as mais negativas, passam a ser usados estrategicamente, em função de interesses materiais e simbólicos, para manipular as imagens mentais. (BOURDIEU, 2004).

Ao retomar a etimologia da palavra região (*régio*), Bourdieu destaca a importância da autoridade na divisão do espaço, uma vez que a região resultaria de um ato social de autoridade, um decreto, que introduziria uma “descontinuidade decisória na continuidade natural”, a qual, longe de ser vista como uma imposição arbitrária, seria concebida como legítima, digna de existir, reconhecida, sendo a ciência frequentemente invocada para, supostamente alicerçada na “realidade”, promover esse efeito simbólico de reconhecimento.

Nos discursos regionalistas adota-se uma “identidade única” para os grupos sociais, uma “visão idêntica de sua unidade”, de forma que uma “particularidade” está na origem de um “particularismo”. O efeito simbólico exercido pelo discurso científico, ao legitimar essa particularidade unificadora de um grupo, é, para Bourdieu, inevitável, “na medida em que os critérios ditos ‘objetivos’, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento”: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade. Sendo assim, para Bourdieu, a região é uma ilusão, mas uma “ilusão bem fundamentada”. (BOURDIEU, 2004, p. 121).

A reivindicação regionalista, segundo Bourdieu, é uma resposta à estigmatização provocada pela privação de capital (material ou simbólico). O fato de uma coletividade existir como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica faz com que alguns dos que dela participam sejam levados a lutar para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas. Para o autor, a fé universalista acredita que não basta reproduzir os estigmas, através de uma simples inversão dos sinais, mas que seria necessário abolir os estigmas, o que implicaria que fossem destruídos os próprios fundamentos do jogo, fazendo “desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjetivos e objetivos da reivindicação da diferença por ela gerados”. Porém, para Bourdieu, o regionalismo é o “único meio de combater ou de anular os efeitos de dominação que estão implícitos, inevitavelmente, na unificação do mercado de bens culturais e simbólicos, desde que um grupo esteja em condições de impor suas próprias normas de percepção e apreciação”. (BOURDIEU, 2004, p. 128).

Para Bourdieu, o mercado de bens simbólicos tem leis próprias, que não correspondem às da comunicação universal entre sujeitos universais.

[...] na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 2004, p. 129).

Bourdieu considera que a única forma de a ciência jogar o jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sem a ele se resignar, através, por exemplo, da criação de uma “ciência regia”, investida do poder de, ela própria, reger as fronteiras, é elegendo como objeto o próprio jogo. O autor critica as

abordagens que pretendem o desaparecimento dos regionalismos, ou seja, acabar com o jogo, pois, por não reconhecerem “a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real”, também não podem compreender a “real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá à transformação da realidade” (p. 129). Sendo assim, para Bourdieu, não só a posição no jogo faz pesar sobre a visão do jogo, mas também só a participação no jogo permite neutralizar os efeitos da estigmatização. (BOURDIEU, 2004).

A mundialização da economia, na concepção de Bourdieu, não faz desaparecerem os nacionalismos e regionalismos, pois a nova divisão internacional do trabalho se acomodaria muito bem a unidades oficialmente autônomas, incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros. (BOURDIEU, 2004).

Albuquerque Júnior (2001), partindo de uma inquietação em relação aos espaços em que foi dividido o Brasil e de uma discussão sobre o significado da noção de região, resgata a instituição cultural e social do Nordeste e dos próprios nordestinos a partir do final da década de 1910. Para este autor, “definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (p. 24). Visando ressaltar o caráter estratégico da idéia de região, o autor, baseando-se em Foucault, considera a região como resultante de um “dispositivo” imagético-discursivo que faz com que pareça naturalmente homogêneo o que é heterogêneo.

Para Albuquerque Júnior a noção de região também está associada diretamente a relações de poder. Assim como Bourdieu, o autor também utiliza a etimologia para questionar a região como uma divisão natural do espaço ou como um recorte do sistema econômico ou de produção. As palavras *régio* (rei) e *regere* (comandar) remetem a uma visão estratégica do espaço, a uma política de esquadramento do espaço, resultante dos enfrentamentos entre diferentes grupos sociais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Albuquerque Júnior, de forma coerente com o posicionamento de Bourdieu, opõe-se à existência de uma “história regional”, pois, em vez de questionar a teia de poder que institui a região, ela apenas questiona determinadas elaborações de região, pretendendo encontrar a verdadeira. A “história regional”, imersa ela própria em relações de poder, estaria sustentando e realimentando o dispositivo imagético-discursivo que trouxe o Nordeste à existência e que o atualiza permanentemente. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Se, para Bourdieu, o regionalismo é importante no mercado dos bens simbólicos, opondo-se, por isso, às abordagens que pretendem seu desaparecimento, para Albuquerque Júnior os olhares e discursos regionalistas deveriam ser abolidos, assim como a própria idéia de região, concebida como uma “armadilha de sentido”. O autor defende a superação desses “mecanismos aprisionadores”, que fazem parte das “artimanhas de dominação”, afirmando que pretende, com o seu livro, contribuir para a dissolução do Nordeste, enquanto maquinaria imagético-discursiva de reprodução das relações econômico-sociais e de poder, o que requer questionar a lógica que preside as idéias de nação e de

região, permitindo que surja uma realidade muito mais complexa e polimorfa. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Ao contrário de Bourdieu, que considera a região como uma produção discursiva pertinente, fundamentada na materialidade de um grupo social, Albuquerque Júnior, por conceber a região como uma invenção, uma produção imagético-discursiva, uma generalização intelectual de uma enorme variedade de práticas efetivas, enfatiza o aspecto ficcional e arbitrário, o que pode ser evidenciado quando o autor apresenta sua conceituação de Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência dessa formação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de "verdades" sobre este espaço. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 49).

Fundamentando suas idéias em Deleuze e Foucault, Albuquerque Júnior argumenta que os dois regimes de enunciação sobre a região, o visível e o dizível, as coisas e as palavras, possuem uma independência, podendo ou não ter uma relação entre si, pois nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Para Albuquerque Júnior o combate aos preconceitos em relação ao Nordeste e ao nordestino, associando-os ao atrasado, ao rural, ao arcaico, não se fará por um discurso regionalista, que tente "inverter o sinal do que se diz, atribuindo uma falsidade ao que se fala e vê e procurando colocar outra verdade em seu lugar". Teríamos que começar destruindo o Nordeste e o nordestino, como estas abstrações preconceituosas e estereotipadas, conhecendo as diversidades constitutivas de cada área e de cada parcela da população nacional.

Para Albuquerque Júnior a emergência do dispositivo das nacionalidades permitiu o surgimento da idéia de Nordeste, porque sem a idéia do Brasil como nação teria sido impossível pensar as regiões. Esse dispositivo fez com que houvesse a necessidade de se buscar símbolos e signos que preenchessem a idéia de nação e, na tentativa de garantir sua hegemonia, as diferentes regiões começaram a competir entre si para que seus costumes, crenças, relações e práticas sociais fossem generalizados para todo o país. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Na visão de Albuquerque Júnior, a idéia de nação se tornou um anacronismo, desde a década de 1960. A crise do dispositivo das nacionalidades teria gerado, desde então, movimentos crescentes de internacionalização. Os regionalismos passaram a explodir como reações conservadoras ao processo de globalização, tendo atualmente um caráter anacrônico e reacionário. Para o autor os regionalismos precisam ser ultrapassados, pois esgotaram sua potencialidade criativa, se fossilizaram, ao tomarem como representativos da nação e da região uma série de imagens e de enunciados, de sons e de sentidos, que se apóiam em uma rede de poderes que se quer perpetuar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Parece, hoje, ser preciso ultrapassar as nações ou as regiões para permitir a emergência do novo, porque a nação, tanto quanto a região, se tornaram maquinarias de captura do novo, do diferente, e por isso vivem permanentemente em crise. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 309).

Na visão de Albuquerque Júnior o conhecimento e a cultura não devem ter fronteiras, não devem se aferrar a uma dada tradição, inventada como representativa de qualquer espaço. Para isso é importante que todos nós, em vez de barrarmos os fluxos culturais, nos localizemos criticamente dentro deles, tendo “uma voz dissonante em relação a essas grandes vozes que tentam nos dizer” (p. 310), problematizemos as imagens e enunciados cristalizados do passado e do futuro e nos debruçemos sobre o presente, descobrindo-o como uma multiplicidade espaço-temporal. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

2 CARROS DE BOI E ENGENHOS ARCAICOS... DISCURSOS E IMAGENS DO NORDESTE COMO REGIÃO DO ATRASO

Para Albuquerque Júnior (2001), a invenção do Nordeste como região do atraso contou com a contribuição decisiva das obras sociológicas e artísticas dos filhos da elite regional decadente, que, devido à crise da produção de açúcar, buscaram criar “novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória da região” (p. 35). Nesse sentido, uma leitura conservadora e tradicionalista originou o Nordeste como o espaço da nostalgia, em que o discurso contra as secas passou a resguardar politicamente privilégios ameaçados.

A obra sociológica de Gilberto Freyre, em conjunto com uma série dispersa de eventos e práticas, instituiu a região Nordeste a partir do final da década de 1910, tendo por fundamento a saudade e a tradição. Uma série de enunciados e imagens recorrentes fez com que uma multiplicidade de práticas e costumes fosse apagada, o que permitiu a emergência do Nordeste como uma unidade imagético-discursiva. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

Para legitimar o recorte espacial Nordeste foi utilizada como estratégia a sua inscrição no passado, ou seja, buscou-se resgatar fatos históricos passados que pudessem definir a identidade regional. Essa estratégia de legitimação, que buscou garantir o equilíbrio entre a nova ordem social (caracterizada pela globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais provenientes da modernidade e pela nacionalização das relações de poder) e a anterior (caracterizada pela monocultura latifundiária e o escravismo), exigiu que fossem inventadas tradições que impedissem ao máximo a descontinuidade histórica. Essas supostas tradições nordestinas são resgatadas de fragmentos de um passado rural e pré-capitalista, passando-se a idealizar o popular, a experiência folclórica e a produção artesanal como repositórios da autenticidade regional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

A produção sociológica de Gilberto Freyre, bem como todo o movimento regionalista tradicionalista, enfatiza a memória, a reação ao moderno, o que traduz a vontade de prolongar o passado no presente e, se possível, também no futuro. Embora reconheça a diversidade espacial e sócio-cultural, o regionalismo radicado no discurso sociológico de Gilberto Freyre a reduz à semelhança, enfatizando nesse processo os traços dessa diversidade que se caracterizam pela permanência e não pela inventividade, o que torna seu discurso reacionário.

Considerando a sociedade açucareira nordestina o berço da civilização brasileira, Freyre toma a modernização e as relações sociais burguesas como fatores perturbadores do equilíbrio social e desagregadores de nossa nacionalidade, a qual estaria radicada na tradição. Ele generaliza suas análises da história da produção açucareira na região da Zona da Mata pernambucana para todo o passado colonial brasileiro com a finalidade tanto de explicar a perda de harmonia entre as regiões brasileiras, com a concentração do poder nos Estados do sul, quanto de condenar a disciplina burguesa e os conflitos sociais supostamente gerados por ela. Isto porque a sociedade patriarcal era por ele concebida modelo de sociabilidade fundamental para a manutenção da ordem social.

Embora conceba a existência de diversidades internas ao recorte espacial Nordeste, que estariam ainda por ser legitimadas pela ciência, Freyre, em seu livro *Nordeste*, publicado originalmente em 1937, considera que haveria uma unidade essencial que uniria não só todos os nordestinos, mas todos os brasileiros:

Há mais de dois Nordeste [o agrário e o pastoril] e não um, muito menos o Norte maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas. (FREYRE, 2004, p. 46).

Essa unidade essencial seria representada pelo massapé, a “base física comum” em que se fixou a “nacionalidade inteira”, por “um Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro”. Mais que um argumento racional, o autor toma o seu vínculo emocional com a sua terra para afirmar sua grandiosidade, como no conhecido poema de Alberto Caiero: “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia. Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia. Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia”.

O romance regionalista de José Lins do Rego sofreu influência da produção sociológica de Gilberto Freyre. Suas obras, assim como as de outros romancistas regionalistas da década de 1930, embora tivessem a intenção de representar a região Nordeste, ou seja, de apenas retratá-la “como ela é”, através da elaboração de personagens e cenários típicos, de fato contribuíram para a elaboração imagético-discursiva do Nordeste como o lugar da saudade e da tradição. Adotando um estilo que procurava aproximar as coisas e os significados, cria-se “uma fala próxima à do cotidiano, [...], uma tentativa de fazer a linguagem voltar a ser expressão do real, de restabelecer o vínculo direto entre homens e coisas, de traçar um mundo que fosse imagem direta da realidade, em que tudo parecesse visível e donde emanasse um sentido de imediato”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 114).

Os romances de José Lins do Rego são nostálgicos em relação a uma visão naturalista e realista do mundo¹. Neles “tudo parece claro, fixo, estável, e todas as hierarquias e ordenações no seu lugar”

¹ A preocupação do realismo filosófico com o uso adequado das palavras de forma a fazê-las corresponder à realidade influenciou os romancistas realistas. Enquanto nas formas literárias mais antigas a linguagem e a habilidade do narrador ao utilizá-la se constituíam por si mesmos em fonte de interesse, no romance realista a linguagem torna-se despojada e denotativa, convertendo-se em “simples veículo referencial”. Para Watt (1990, p. 30), no entanto, “[...] tanto as inovações filosóficas quanto as literárias devem ser encaradas como manifestações paralelas de uma mudança mais ampla – aquela vasta transformação da civilização ocidental

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 114), sendo construídos em um discurso monológico, não-crítico, supostamente verdadeiro, que busca assegurar a sobrevivência de um passado patriarcal condenado pela descontinuidade histórica.

Embora condene esse discurso regionalista que cinde o país a partir de estereótipos, Albuquerque Júnior (2001) acaba, contraditoriamente, por legitimá-lo quando julga pertinentes as afirmações do historiador francês Fernand Braudel de que haveria “maior resistência às mudanças na sociedade nordestina” (p. 105), confundindo, ele próprio, o dizível com o supostamente visível, o estereótipo subjetivado com a multiplicidade de formas de sentir, de ser e de agir não abarcadas pelo rótulo “nordestino”.

Contrariando a sua concepção de que os dois regimes de enunciação sobre a região, o visível e o dizível, as coisas e as palavras, possuem uma independência, Albuquerque Júnior (2001) desconsidera que “nem sempre o enunciável se torna prática” e profere a seguinte generalização, também estigmatizadora:

Essa verdadeira aversão ao moderno não se localiza apenas em setores dominantes, mas em setores de várias classes sociais. As idéias, as imagens, os enunciados associados ao Nordeste, que o inventaram, são um **componente decisivo** dessa “falta de capacidade modernizadora”. Existe uma verdadeira falta de legitimidade social do valor da inovação, das novidades, uma falta de aspiração à mudança, um acentuado apego ao tradicional, ao antigo, fazendo com que a modernização atue no Nordeste no sentido de mudar o menos possível as relações sociais, de poder e de cultura. [...] Os discursos políticos cristalizam-se em doutrinas ou dogmas que esterilizam a possibilidade de invenção de novas configurações políticas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 312-313).

Mas é o próprio autor que afirma que a realidade é complexa e polimorfa, que é necessário novas vozes e olhares que compliquem a região, que mostrem o povo real na sua diversidade e heterogeneidade, superando a visão abstrata e arbitrária do povo que, “por operar com categorias identitárias, o transformam em meia dúzia de assertivas, em imagem de povo amorfo ou massa de manobra, ou seja, em algo a ser dirigido, visto e dito sempre por intermédio do outro”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 313).

Uma das produções artísticas mais contundentes e emblemáticas a respeito da difundida concepção de que o mundo da cana-de-açúcar é marcado pelo jugo da rotina e do hábito, pela fidelidade ao passado, pela repetição incansável, pela improdutividade, rusticidade e atraso, é o filme *Abril Despedaçado*, lançado em 2002, que retrata o cotidiano de uma indústria familiar de rapadura, situada em algum lugar “no meio do nada” do indefinido “sertão nordestino”, em 1910: o sol escaldante, o solo árido, as árvores contorcidas, o ambiente insalubre, as moscas, a escassez de água, as palmas, os bois exaustos, o trabalho árduo, a vendeta...

Embora o “sertão nordestino” do filme seja bem caracterizado pelos vários estereótipos vinculados a essa construção imagético-discursiva ao longo do tempo, o enredo transcorre em 1910, época de

desde o Renascimento que substituiu a visão unificada de mundo da Idade Média por outra muito diferente, que nos apresenta essencialmente um conjunto em evolução, mas sem planejamento, de indivíduos particulares vivendo experiências particulares em épocas e lugares particulares”.

mudanças substanciais nos padrões de sociabilidade e espacialidade tradicionais, época do fim da escravidão, mas em que, segundo Albuquerque Júnior (2001) ainda não havia ocorrido a instituição do Nordeste como uma unidade espacial, o que indica que o passado foi construído retrospectivamente com as mitologias que se incrustaram ao termo Nordeste desde sua invenção.

O Nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatórios, que impõem ao ver e falar dele certos limites. Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagônicas, elas lidarão com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 192-193).

Essas mitologias, segundo Albuquerque Júnior (2001), são agenciadas pelo artista para tornar verossímil sua narrativa ou obra de arte, sendo que elas podem estar contra a história, quando remetem a um passado que se quer manter vivo, ou tornar a história possível, quando valorizam uma descontinuidade entre o passado e o futuro. No filme, embora o passado seja “despedaçado”, “dilacerado”, embora o enredo tenha como desenlace uma atitude disruptiva, a mensagem é de que a história só seria possível em outro lugar... nunca no mesmo lugar...

De forma coerente com o tipo estereotipado de discurso adequado para expressar a região, pois nela há uma tradição literária, de origem medieval, de narrar crimes cometidos em nome da honra e em defesa da família, a história é narrada oralmente por um menino sem nome, chamado de “Minino”. As lembranças de “Minino” geram uma narrativa em que o passado é retratado como um espaço da saudade, pois o trabalho improdutivo no engenho naquele momento exigia a participação de todos os membros da família: de seu pai, tangendo os bois “Bora! Bora! Bora! Vamos Preto! Vamos Cavaco!”, de Tonho, seu irmão adolescente, que mói a cana, de sua mãe, que recolhe o bagaço, e do próprio Minino, que transporta a cana para o engenho. Mas “no tempo dos escravos eram eles!... agora é nós mesmo”.

“Minino” explicita sua percepção da improdutividade e da arduidade de suas vidas ao comentar com Tonho que os bois da bolandeira ficam andando em círculo e não saem do lugar e, também, ao avisar a Tonho, aos gritos e surpreso, que os bois estavam “rodando sozinhos”, mesmo quando o engenho não estava moendo cana...

Mas o filme também apresenta indícios de que, ao contrário de um suposto estigma do passado, de uma resignação a condições miseráveis de vida ou de uma suposta resistência às mudanças, são os constrangimentos culturais, ambientais, econômicos e sociais que impõem limites às práticas das personagens, embora não as determinem. Pacu põe em dúvida a afirmação de sua mãe de que “Deus não manda um fardo maior do que nós pode carregar”, dizendo que não passa de “conversa fiada”. Mesmo nunca tendo freqüentado a escola, consegue fugir dos limites do seu restrito mundo através da leitura das imagens de um livro que lhe apresenta um mundo distante e onírico, representado pelo mar. Tonho, influenciado pelo Minino, consegue romper com sua vida de sofrimento, questionando a lógica da violência e da tradição e decidindo fugir... decidindo ir ao encontro do mar (ou do sul?), como tantos outros nordestinos.

Nesse filme são reiteradas imagens e enunciados que, segundo Albuquerque Júnior (2001), têm sido utilizados nas produções culturais que têm o Nordeste como temática desde a década de 1930, na sua caracterização estereotipada, entre elas as dicotomias: sertão-litoral; tradicional-moderno; seca-profecia de salvação. A oposição sertão-litoral, segundo Albuquerque Júnior (2001), tornou-se uma “questão arquetípica” da cultura brasileira.

O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso; é uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, lingüísticos, culturais, modos de vida bem como fatos históricos de interiorização (bandeiras, entradas, mineração, garimpagem, cangaço, latifúndio, messianismo, pequenas cidades, as secas, os êxodos, etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma idéia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 54).

A oposição sertão-litoral é excludente. Enquanto o sertão é visto como um repositório de uma cultura folclórica, mística, tradicional, o litoral é visto como o espaço da civilização. Essa dicotomia aparece, por exemplo, em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e no campo cinematográfico em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). De fato, nesse filme, o personagem Manoel corre em direção ao mar, que aparece como metáfora do afastamento do espaço fechado, estático, atemporal, cíclico em que ele vivia. O mar representa a fuga de um mundo asfixiante, repetitivo, sem saídas, seguida pela inserção no fluxo da história. Também no caso de Tonho, de *Abril Despedaçado*, a história se impõe à personagem, não é feita por ela. Também a vida de Tonho fica presa a essa dialética evolucionista, que o leva do sertão para o mar... Mas ele não tem escolha, pois seu destino está traçado: se ele fica no sertão deve morrer em defesa da honra de sua família, pois como sua mãe diz “esta é uma terra em que os mortos governam os vivos”; se foge, está condenado a ser um estrangeiro, a navegar em um mar qualquer...

A dicotomia tradicional-moderno manifesta-se em *Abril Despedaçado* na decadência do engenho da família, no fato de que a vida das pessoas está presa a relações de produção primitivas que resultam na perda de mercado para a rapadura diante da expansão das grandes usinas de açúcar.

Mas também a dicotomia seca-profecia de salvação é mobilizada no filme. O “Minino”, nos intervalos de sua lida estafante, fantasia que um dia a sereia do livro vai aparecer bem no meio do canavial para levá-lo junto com ela para o mar. Numa atitude antecipatória de saudade, ele diz que vai mostrar para ela a bolandeira, o carro de boi, a gangorra, as palmas... Tonho encontra a sua sereia, uma moça de um circo itinerante, que surge no meio do sertão e que o faz acordar e perceber a insanidade de sua vida.

Em sua análise cuidadosa de diversas produções sociológicas, literárias e cinematográficas que retratam o sertão, Albuquerque Júnior (2001) conclui que a única que rompe com os estereótipos acerca dos sertanejos é “Grande Sertão: Veredas”. De fato, nessa obra João Guimarães Rosa manifesta, através de sua personagem Riobaldo, grande surpresa com as diferenças existentes entre os sertanejos: “E por que era que há de haver no mundo tantas qualidades de pessoas – uns já finos de sentir e proceder, acomodados na vida, tão pertos de outros, que nem sabem de seu querer, nem da razão bruta do que por necessidades fazem e desfazem” (ROSA, 2001, p. 405).

No campo da produção científica sobre a exploração econômica da cana-de-açúcar no Brasil Colônia, o que se constata é a predominância de uma abordagem macrohistoriográfica que pouco esclarece sobre as práticas cotidianas. Houve uma redução de um fenômeno social complexo e heterogêneo a componentes mais simples, aparentemente homogêneos, que pouco têm contribuído para uma compreensão mais profunda dos homens, como sociedades e como indivíduos, daquela época e que resultaram em estereótipos que ainda hoje se perpetuam.

Schwartz (1988), por exemplo, com base no emprego de categorias sociológicas abrangentes, assim descreve a produção do açúcar nos engenhos: o processo “do canavial até a caixa de açúcar pronta permaneceu essencialmente o mesmo no Brasil, desde fins do século XVI a fins do século XVIII, com pouquíssimas modificações” (p. 116). Uma suposta continuidade em relação ao passado também se evidenciaria no corte manual da cana que, ainda hoje, se daria aos pares, como no início do séc. XIX, processo em que um dos trabalhadores corta a cana e o outro a amarra em feixes. (p. 128).

Outros autores, também se atendo a uma abordagem generalizante, atribuem à nossa herança cultural uma suposta fidelidade ao passado e um também suposto prestígio da tradição nos processos produtivos, enxergando uma **continuidade entre o passado colonial e o presente do Brasil**. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 138; HOLANDA, 1995, p. 49-52; 66-70; CASTRO, 1961, p. 143).

Também é ilustrativa dessa abordagem generalizante a concepção de Nosella (1993) de que a razão da ineficiência das reiteradas e históricas propostas de modernização tecnológica e das alternativas pedagógicas no Brasil em conseguir mudar a estrutura social é o estigma da produção colonial e escravocrata, por impedir a difusão universal do trabalho industrial moderno.

A extensão em que essa concepção determinista e generalizante se alastrou na literatura sociológica é evidenciada pela assertiva contundente de Senna (1995) de que o Brasil de hoje é produto direto da herança colonial portuguesa, caracterizada pela reduzida propensão ao trabalho produtivo e conseqüente desvalorização do trabalho manual.

De fato, desde o século XIX, com a difusão de uma ampla literatura reformista e de diversas tentativas de se introduzir práticas inovadoras nos meios de produção do setor de exploração econômica da cana-de-açúcar na Bahia, até as ações modernizadoras mais recentes, com a intervenção dos órgãos públicos, ao longo do tempo os avanços científicos e tecnológicos têm sido incorporados de forma bastante lenta e desigual. Mas a compreensão das razões desse fato requer o questionamento dos discursos estigmatizantes, construídos a partir de um referente fixo e cristalizado no passado, o Nordeste, e a aproximação aos contextos produtivos, através do estudo das práticas cotidianas ao longo do tempo, dos fatores que constroem essas práticas e da dimensão humana envolvida nos processos de continuidade e de mudança sociocultural.²

² Lopes (2003), ao discutir a relevância dos trabalhos de Pierre Bourdieu para a renovação das análises sobre as classes populares brasileiras afirma que até a década de 70 predominaram, no meio acadêmico, concepções sobre o caráter retrógrado e arcaico do campesinato, o que dificultava a intensificação do conhecimento desse grupo dominado. Pesquisas desde então realizadas sob inspiração dos trabalhos de Bourdieu, inicialmente em engenhos e usinas de açúcar, indicou que, mesmo em situação de dominação, os camponeses eram capazes de **se apropriar e de reinventar criativamente** as categorias e visões de mundo dominante.

As variedades mais instigantes e inovadoras de história são as que tentam escavar sob os fatos, para descobrir a condição humana tal como vivida por nossos antepassados. Essas variedades podem receber vários nomes: história das mentalidades, história social das idéias, história etnográfica ou apenas história cultural [...] Seja qual for o rótulo, porém, a pretensão é a mesma: entender o sentido da vida, não numa vã tentativa de dar respostas últimas aos grandes enigmas filosóficos, mas oferecendo um acesso a respostas dadas pelos outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas idéias [...] (DARNTON, 1990 apud GARNICA, 1999, p. 33).

O mundo é complexo e contraditório, as pessoas também são complexas e contraditórias, de forma que é necessária a superação das abstrações preconceituosas e estereotipadas, que, em nome da afirmação de uma suposta identidade ou coerência, transformam o Nordeste num espaço unificado e cristalizado pela miséria, pelo vazio, pela rotina, pela destruição, pela repetição, pelo arcaísmo, pela irracionalidade, pela aversão à mudança. É necessário tecer outros textos³, artísticos... científicos..., sobre o Nordeste em que as diversidades constitutivas de cada área sejam reconhecidas e respeitadas, em que mesmo os carros de boi e os engenhos "arcaicos", desde que inseridos na história, possam também ter o seu lugar...

3 OS SENHORES DE ENGENHO REFORMISTAS

Contribuiu para a legitimação da imagem do Nordeste como um território com aversão ao moderno o fato dos senhores de engenho, em razão de seus interesses econômicos, terem sempre se manifestado fiéis à monarquia e leais a D. Pedro II. Porém, como afirma Freyre (2004, p. 190), a aristocracia rural nordestina era paradoxal, pois nela se destacaram vários senhores de engenho com um ideário antimonárquico e com atitudes não conformistas e até inovadoras, que agiram contra ela própria.

Quando se busca olhar o passado sem apego aos estereótipos percebe-se que as construções discursivas unificadoras segundo as quais os senhores de engenho eram avessos às inovações e às mudanças de fato não se sustentam. Em 1790 foram enviadas missões científicas às principais capitais européias, promovendo-se um clima favorável às experimentações na Colônia. Muitos melhoramentos na produção de açúcar foram testados, entre eles a introdução da cana caiena. No início do séc. XIX vários senhores de engenho baianos, impulsionados pela prosperidade do setor açucareiro no mercado internacional, preocupados com a situação econômica precária dos engenhos brasileiros e influenciados pelas políticas de melhoramentos econômicos e diversificação agrícola implantados por Pombal, pelas doutrinas fisiocráticas⁴, pela teoria econômica de Adam Smith e pelos princípios iluministas, passaram a atuar como reformistas. A maioria, destituída de uma cultura científica, buscava estabelecer correlações

³ O texto etnográfico "Comprar ou não uma nova moenda? Injunções práticas das disposições cognitivas e dos constrangimentos ambientais e sócio-econômicos na incorporação de inovações tecnológicas por produtores de cachaça artesanal" (ALMEIDA, 2005) é uma tentativa de contribuição na tessitura de um outro texto sobre o Nordeste, questionando as abordagens generalizadoras dos fenômenos sociais, a partir da discussão da complexidade envolvida na decisão de um produtor de cachaça em comprar ou não uma nova moenda. Buscou-se tecer um outro texto e não, simplesmente, construir o texto tradicionalista e conservador pelo avesso, como, segundo Albuquerque Júnior (2001) faz o discurso de esquerda.

⁴ Escola de pensamento econômico em voga na França no século XVIII que sustentava ser a terra a única verdadeira fonte de riqueza e que defendia o liberalismo econômico, tendo François Quesnay como seu principal representante. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 909.).

úteis entre seus saberes práticos e as novidades técnicas que buscavam introduzir para melhorar a qualidade do produto ou racionalizar o processo de produção. (SILVA, 1979).

Entre esses senhores de engenho reformistas que baseavam sua atuação no ensaio e erro, adotando medidas onerosas e pouco efetivas, destacou-se Manoel Jacinto de Sampaio e Melo, para quem “as ciências naturais não se estudam para disputar nas salas de aula ou conversar nas assembleias, mas para descobrir verdades interessantes ao bem comum” (SCHWARTZ, 1988, p. 350). Numa época em que os engenhos se transformaram em laboratórios de experiências apoiadas nos novos conhecimentos físicos e químicos, esse professor de filosofia e proprietário do engenho São Carlos, então localizado na vila de Cachoeira, província da Bahia, adotou, de forma aventureira, uma série de medidas para renovação dos métodos de fabricação do açúcar em seu engenho e publicou, em 1816, o livro *Reforma geral econômica dos engenhos do Brazil*, um trabalho pioneiro, mas recebido com desprezo por seus contemporâneos que, em tom pejorativo, passaram a chamar sua propriedade de “engenho da Filosofia”. (ALMEIDA, 2002).

Segundo Schwartz (1988, p. 350), “o problema continuava a ser o fato de que a combinação de experiência no fabrico do açúcar e ciência raramente era encontrada em um mesmo indivíduo”. Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt (1764-1830) é um exemplo dessa combinação, pois era um senhor de engenho que tinha interesse nas aplicações da química na indústria açucareira, realizando pesquisas em seu próprio engenho sobre a extração da potassa e a purificação do açúcar.

Outro senhor de engenho que se destacou por buscar apoiar suas decisões práticas em princípios científicos foi Miguel Calmon du Pin e Almeida, filho de um abastado casal proprietário do Engenho Santo Antônio, situado no município de Santo Amaro, na Província da Bahia. Como um empresário preocupado em inserir-se na modernidade de sua época, participou de diversas missões científicas às principais capitais européias; fundou, em 1832, a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, visando aumentar a autonomia dos produtores de açúcar em relação às intervenções do governo; editou, a partir de 1833, um periódico mensal intitulado “O Auxiliador da Indústria Nacional”, que difundia inovações tecnológicas; participou de organizações científicas de expressão naquela época na Bélgica, França e Itália; e, ainda, publicou, em 1834, aos quarenta anos, o livro *Ensaio sobre o Fabrico do Assucar*⁵, em que, influenciado pelos princípios iluministas, busca “esclarecer” os agricultores e popularizar o conhecimento técnico. Para isso, defende a necessidade de modernização dos engenhos, resgata procedimentos sugeridos por outros autores para este fim e descreve o método de fabrico que considera mais apropriado para melhorar a qualidade do açúcar brasileiro, baseando-se tanto nas teorias científicas quanto nas suas experiências e experimentações⁶. (ALMEIDA, 2002).

⁵ O único exemplar original disponível ao público desta obra, com elevado valor histórico e cultural, encontra-se na Seção de Obras Raras da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), a partir de reprodução xerográfica autorizada, tornou-a mais facilmente acessível, publicando-a em edição fac-símile.

⁶ Embora Miguel Calmon du Pin e Almeida seja considerado um senhor de engenho com atitudes contraditórias, por ter difundido os princípios e práticas da modernidade e, ao mesmo tempo, ter ajudado na sustentação política do governo imperial, é interessante observar que também D. Pedro II foi um monarca paradoxal, pois procurava incorporar à sua agenda política os ideais de progresso. Buscando veicular uma imagem do Brasil diversa do país agrícola, monárquico e escravocrata, D. Pedro II procurou construir para si uma imagem de pioneirismo e de abertura às novas tecnologias, transmitindo essa imagem para o mundo nas várias Exposições Universais em que o Brasil se fez representar durante o Império. (PESAVENTO, 1997; NEVES, 2001; SCHWARTZ, 1999).

Apoiando-se no espírito e nas práticas da modernidade⁷, Miguel Calmon sugere várias medidas para tornar a cultura da cana mais produtiva nos antigos engenhos de açúcar do Brasil colonial, entre elas a construção de um alambique em cada engenho. Para melhorar a qualidade do açúcar propõe o investimento em equipamentos (moendas mecânicas, fornalhas, clarificadores, etc.) e aparelhos (sacarímetros e termômetros), visando substituir os indícios imprecisos, fornecidos pelos sentidos, pela exatidão das medidas.

Essa situação contraditória vivenciada pelos senhores de engenho diante das inovações que desejavam introduzir na fabricação do açúcar é analisada por Friginals (1987), no que se refere à sociedade cubana. A tentativa de introduzir, em 1799, o aerômetro, inventado em 1768, para medir a densidade do caldo não surtiu efeito. A produção do açúcar continuou a depender das habilidades sensoriais de um bom mestre de açúcar. (FRAGINALS, 1987, p. 294).

Percebe-se que não só no Brasil, mas também em Cuba, o esforço intelectual e o ímpeto criativo dos senhores de engenho fracassaram não por falta de novas técnicas, mas sim porque a assimilação delas requeria o trabalho assalariado. Referindo-se aos senhores de engenho, Friginals (1987) afirma que “a idéia burguesa de revolucionar os meios de produção não pôde ser levada a cabo porque eles não eram simplesmente burgueses, mas senhores de escravos” (p. 113).

Consideramos que esses exemplos são suficientes para evidenciar que as atitudes complexas e até mesmo contraditórias dos senhores de engenho não dão sustentação à idéia generalizadora de que eles tinham aversão às mudanças. Eles dão também sustentação à idéia de que as disposições práticas para incorporar inovações técnicas não são definidas no plano abstrato: os fundos de memória coletiva, a experiência, o interesse, o desejo, as necessidades práticas e as condições objetivas atuam na sua configuração.

REFERÊNCIAS

ABRIL despedaçado. Direção: Walter Salles. Produção: Arthur Cohn. Direção de fotografia: Walter Carvalho. Intérpretes: José Dumont, Rodrigo Santoro, Rita Assemany, Luiz Carlos Vasconcelos e outros. Roteiro: Walter Salles, Sérgio Machado e Karim Aïnouz. Música: Antônio Pinto. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2002. 1 DVD (95 min.), widescreen, color. Produzido por Videolar.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN/Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. **Ensaio sobre o fabrico do açúcar**. Salvador: FIEB, 2002.

ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. **Comprar ou não uma nova moenda?** Injunções práticas das disposições cognitivas e dos constrangimentos ambientais e sócio-econômicos na incorporação de inovações

⁷ No artigo “Maneiras de pensar e de representar: os engenhos do Nordeste do Brasil no discurso técnico, na pintura holandesa e no romance realista” são apresentadas evidências da influência das novas maneiras de representar o mundo, que surgiram nos séculos XVII e XVIII, na obra de Miguel Calmon Du Pin e Almeida. (ALMEIDA, 2006).

tecnológicas por produtores de cachaça artesanal. 38 f. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Reflexões em torno do Método Etnográfico, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005.

_____. Maneiras de pensar e de representar: os engenhos do Nordeste do Brasil no discurso técnico, na pintura holandesa e no romance realista. **Candombá Revista Virtual**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 98-117, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.fja.edu.br/candomba/pdfs/RosileiaAlmeida2006v2n2.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 107-132.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 7. ed. atual. São Paulo: Brasiliense, 1961. v. 1.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **O engenho**: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. São Paulo: Hucitec/Editora da Unesp, 1987. v. 1.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da história. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 5, n.1, p. 27-35, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, J. Sérgio Leite. A recepção dos trabalhos de Pierre Bourdieu e a renovação das análises sobre as classes populares brasileiras. **Cultura Vozes**, Petrópolis, n. 4, p. 5-21, jul./ago. 2003.

NEVES, Margarida de Souza. A "machina" e o indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 173-206.

NOSELLA, Paulo. A modernização da produção e da escola no Brasil – O estigma da relação escravocrata. **Cadernos ANPEd**, Porto Alegre, n. 5, p. 157-186, set. 1993.

PESAVENTO, Sandra J. Exposições universais: palcos de exibição do mundo burguês. In: _____. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 42-55.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso. In: _____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 385-407.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNA, José Júlio. **Os parceiros do rei**: herança cultural e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Os senhores de engenho e a cultura científica. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 389-394, abr. 1979.

WATT, Ian. O realismo e a forma romance. In: _____. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 11-33.